

Um esforço fiscal extra

Governo Lula eleva meta de superávit de 3,75% do PIB, estimada por FH, para 4,25%

Gustavo Miranda

Vivian Oswald e Enio Vieira

BRASÍLIA

O governo assumiu o compromisso de economizar R\$ 68 bilhões este ano para abater a dívida pública. O valor corresponde a mais que o dobro dos gastos previstos no Orçamento com Saúde e Educação (R\$ 32 bilhões). O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, anunciou ontem que a meta de superávit primário (receitas menos despesas, sem contar gastos com juros) para as contas públicas, que fora prevista em 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) pelo governo Fernando Henrique Cardoso, pulou para 4,25% do PIB. Isso significa um esforço fiscal adicional de R\$ 8 bilhões este ano, ou cerca de quatro vezes o orçamento do Programa Fome Zero, lançado semana passada pelo governo.

— A nova meta não é o mínimo possível nem o máximo que conseguimos. É o que acreditamos ser o necessário para equilibrar a relação dívida/PIB e, no futuro, reduzi-la. Ele guarda um grau de realismo com a situação do país — disse Palocci.

Para calcular a nova meta fiscal, o governo espera que o PIB (soma das riquezas do país) cresça este ano 2,8%, para R\$ 1,6 trilhão. Palocci disse que a economia adicional de recursos virá de cortes nos gastos públicos e não de aumento de impostos. O esforço este ano será ainda mais forte, explicou, porque o governo não terá as receitas extras de 2002, como os R\$ 9,5 bilhões de tributos atrasados dos fundos de pensão.

— Com o atual patamar de tributação, não é recomendável mudar a carga tributária. Buscaremos economia nos gastos públicos e otimização das despesas. O aumento de tributos tem efeitos recessivos.

Palocci disse que elevar a meta foi uma decisão coerente com a posição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na campanha eleitoral, quando prometera fazer o superávit necessário para estabilizar a relação dívida/PIB. Em 2002, o débito atingiu R\$ 881,1 bilhões (55,9% do PIB).

— O efeito de uma política fiscal firme só tem impactos positivos na economia. Ela não favorece bolhas de crescimento, mas crescimento sustentado. Não queremos buscar

apressadamente soluções de crescimento — disse Palocci.

As reformas da Previdência e tributária, disse o ministro, também devem acompanhar as políticas fiscal e monetária adotadas pelo governo para estimular o desenvolvimento. Segundo ele, as mudanças na Previdência têm objetivos fiscais, para tornar o sistema de aposentadorias sustentável a longo prazo, e um caráter distributivo, por ser fonte importante de renda mínima para muitos.

— O presidente levará imediatamente os dois temas ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Assim que começar a atividade do Congresso, definiremos um calendário mais detalhado.

Governo vai limitar gastos de R\$ 10 bi

- Os detalhes da redução das despesas este ano para fixar a nova meta serão anunciados segunda-feira, com a proposta para o Orçamento 2003. O superávit de 4,25% do PIB obrigará o governo a contingenciar gastos em torno de R\$ 10 bilhões, retendo 16,6% nas despesas de custeio e alguns programas de investimento. Devido à vinculação das receitas orçamentárias, o governo só tem autonomia para cortar ou remanejar cerca de R\$ 60 bilhões dos R\$ 354 bilhões do Orçamento deste ano. A Constituição garante os recursos de estados e municípios, saúde, previdência e educação. O montante exato do corte ainda não está fixado, segundo o ministro do Planejamento, Guido Mantega. Caberá a Lula decidir sobre o reajuste de servidores e valor do salário-mínimo.

Com base na nova meta fiscal, Palocci afirmou que será possível melhorar a distribuição de renda:

— As políticas fiscal e monetária são meios para conseguir isso.

Indagado sobre semelhanças da atual política com a do governo Fernando Henrique Cardoso, ele disse:

— Não é possível mudar o país sem estabilidade ou melhorar a distribuição de renda com alta inflação.

• CITIGROUP REABRE LINHAS DE CRÉDITO PARA O BRASIL, na página 24

Editoria de Arte



PALOCCI, da Fazenda, com os secretários Jorge Rachid e Joaquim Levy, à direita, e Bernard Appy, Marcos Lisboa e Otaviano Canuto

Quanto representa?

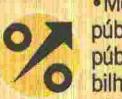
A ECONOMIA DE R\$ 68 BILHÕES EQUIVALE A:



- Mais que o dobro do Orçamento para Educação e Saúde este ano (R\$ 32 bilhões)



- Mais de três meses do que a sociedade paga em impostos e contribuições federais (R\$ 20 bilhões ao mês)



- Metade da despesa do setor público com juros da dívida pública em 2002 (R\$ 113 bilhões)



- Mais de 30 vezes o Orçamento deste ano do Ministério da Integração Nacional, que trabalha com políticas de desenvolvimento regional (R\$ 2 bilhões)

O ESFORÇO ADICIONAL DE R\$ 8 BILHÕES EQUIVALE A:



- Mais de quatro vezes o que o governo quer gastar com o programa Fome Zero (R\$ 1,8 bilhão)



- Quase o dobro do Orçamento do Ministério dos Transportes (R\$ 4,5 bilhões)



- Cinco vezes o Orçamento da Secretaria Especial Desenvolvimento Urbano (R\$ 1,4 bilhão).



- Um terço do valor previsto para os investimentos das estatais este ano (R\$ 23,8 bilhões).